

CORREA, Ana Paula Alves; FERNANDES, Andressa Brenner. Ecos de um passado/presente: a tortura feminina e as posições sujeito no discurso sobre a ditadura brasileira. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.21-34, 2017. (ISSN: 2317-1006 - online).

## **ECOS DE UM PASSADO/PRESENTE: A TORTURA FEMININA E AS POSIÇÕES SUJEITO NO DISCURSO SOBRE A DITADURA BRASILEIRA**

*ECHOES FROM A PAST/PRESENT: FEMALE TORTURE AND SUBJECT-POSITIONS IN THE DISCOURSE ABOUT BRAZILIAN DICTATORSHIP*

Ana Paula Alves Correa<sup>1</sup>  
Andressa Brenner Fernandes<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste estudo, analisamos o testemunho de Yara Spadini, o qual está presente no livro *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*, terceiro livro procedente do relatório intitulado *Direito à memória e à verdade* – que contém relatos das mulheres que foram presas e torturadas no período ditatorial. Nosso objetivo é entender a tomada de posição-sujeito da vítima para poder falar da tortura. Além disso, refletir sobre essa memória coletiva constituída a partir de um acontecimento histórico, o qual dá-se em um acontecimento discursivo, a partir do olhar das próprias vítimas (DALTOÉ, 2016). O referencial teórico tomado por base é o da Análise de Discurso de linha francesa (AD).

**PALAVRAS-CHAVE:** ditadura; mulheres; posição-sujeito.

**ABSTRACT:** In this study, we analyze the testimony of Yara Spadini, which is present in the book *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*, third book from the report titled *Direito à memória e à verdade* - which contains accounts of women who were arrested and Tortured in the dictatorial period. Our goal is to understand the subject's position-taking to be able to talk about torture. In addition, to reflect on this collective memory constituted from a historical event, which takes place in a discursive event, from the perspective of the victims themselves (DALTOÉ, 2016). The theoretical reference base is the French Speech Analysis (AD).

**KEYWORDS:** dictatorship; women; position-subject.

*O que nos trouxe aqui*

*Pai, afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue  
Como beber dessa bebida amarga  
Tragar a dor, engolir a labuta  
Mesmo calada a boca, resta o peito  
Silêncio na cidade não se escuta  
De que me vale ser filho da santa  
Melhor seria ser filho da outra  
Outra realidade menos morta  
Tanta mentira, tanta força bruta.  
(Cálice, Chico Buarque)*

<sup>1</sup> Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (Rio Grande do Sul – Brasil). E-mail: [anapaulaalvescorrea@gmail.com](mailto:anapaulaalvescorrea@gmail.com)

<sup>2</sup> Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (Rio Grande do Sul – Brasil). E-mail: [andressabfernandes93@hmail.com](mailto:andressabfernandes93@hmail.com)

O que nos trouxe? Ecos de um passado/presente... Memória... “O que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, insignificados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens do sentido” (ORLANDI, 1999, p. 69). A partir das palavras de Orlandi, gostaríamos de começar nossa reflexão dizendo que precisamos falar sobre a ditadura, sobre a prisão, sobre a tortura, parar de calar algo que machucou muitas pessoas, fazer conhecer esse período que faz parte de uma memória coletiva, porém restrita a apenas os que sofreram com a repressão, os que o ressentimento ressoa a cada momento que essa memória é acordada. Não falar sobre isso é perpetuar a violência. Segundo Zawadzki:

Sua liberdade de agir, essa faculdade “milagrosa” de começar uma coisa nova, é abolida pela sobrecarga de um passado que o entrava e o submete. Sua ruminação o fixa numa temporalidade passadista, pesadamente carregada por um fardo que parece insuperável. O momento do ressentimento dura tanto tempo quanto o da impotência. É um tempo penoso, a ser pacientemente suportado. Um tempo que eterniza “a infelicidade de sentir e se ressentir, a infelicidade de sentir e nada poder”. Um tempo penoso em que a “energia da consciência infeliz, incapaz de se extravasar alegremente no mundo, afunda-se melancolicamente nas profundezas da fantasia” (ZAWADZKI, 2001, p. 375).

Os sujeitos presos e torturados durante a ditadura militar, sobreviventes de violências, devem “aprender” a conviver com essa memória. Porém, esses saíram direto da tortura para “vida real”... e como lidar com isso? Como tomar uma posição enquanto sujeito diante de um atentado à própria existência? Que posição-sujeito tomar pra poder falar sobre a tortura? São indagações que nós fazemos ao iniciar esse artigo.

Gostaríamos de nos deter a um grupo específico, ao qual não é dada a devida visibilidade e que sofreu igualmente com essa política autoritária: as mulheres, no plural; pois possuem, entre si, algo em comum que significa, fazendo delas um grupo (ROSA, 2011). Além da questão de serem torturadas a partir de sua condição feminina – através de torturas que as humilhassem, que, de certa forma, as “arrancassem” a dignidade –, essas vítimas tinham aquilo que as tornava um grupo: eram *mulheres*, porém, como todo sujeito, tinham aquilo que as individualizava, peculiaridades que eram usadas contra elas mesmas. Tega fala sobre o uso desse termo para designar as mulheres enquanto sujeitos políticos:

[...] utilizei o termo mulheres para enfatizá-las enquanto sujeitos políticos. Porém, outros determinantes sociais definem suas vidas enquanto indivíduos: as classes sociais e as etnias inscrevem-se em cada mulher particular, gerando outras formas de opressão e conflitos de interesses, tendo como consequência política a fragmentação das mulheres (TEGA, 2009, p. 9).

As mulheres, por muitos anos, lutam pela igualdade de gênero. E essas lutas não são fáceis, pois, de certo modo, elas sempre foram vistas com inferioridade em relação aos homens. Questionamo-nos, então, sobre a luta feminina por igualdade nas condições de produção da ditadura militar brasileira. Encontramos, assim, no livro *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*, terceiro livro procedente do relatório intitulado *Direito à memória e à verdade (2007)*, organizado por Tatiana Merlino e Igor Ojeda, lançado em 2010, testemunhos de 27 mulheres sobreviventes do referente período ditatorial, sobreviventes das condições de produção desse período. A leitura de *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino* nos fez entender e refletir sobre as relações de poder na resistência daquele que defende seus ideais, na dimensão da dor, no silenciamento, mas, sobretudo, no lugar do humano em tudo isso. Decidimos nos debruçar sobre 1 dos testemunhos dessas 27 sobreviventes: o de Yara Spadini. E para justificar tal seleção, trazemos Rosa, para a qual:

[...] a linguagem [pode] fracassar na tentativa de abarcar os sentimentos e os sofrimentos envolvidos em situações traumáticas, precisamos inscrever na memória coletiva o trauma individual e social. Especialmente no Brasil, cuja memória do período da ditadura civil-militar é marcada por uma política de esquecimento que só recentemente – e de forma muito parcial e limitada com a criação das Comissões da Verdade, apesar de todo investimento das Comissões de Familiares e Mortos e Desaparecidos -, passa a dar lugar ao trabalho de luto e ao acerto de contas com o passado (ROSA, 2015, p. 310).

Acreditamos, portanto, que falar do que aconteceu e de como aconteceu, a partir de um lado que não nos foi exposto (não há muitos registros da tortura feminina na ditadura militar brasileira até o lançamento do livro em questão), é ir contra essa política de esquecimento, principalmente, nesse momento político enfrentado pelo país, em que a volta da ditadura é desejo de alguns. Essa memória, que Yara Spadini nos apresenta, ressoa além dos relatórios da Comissão da Verdade... faz parte da história e deve significar para nós. Dessa forma, entendemos que é necessário falar-se sobre, pois o que:

[...] não mereceu ainda sua explicitação política. Está fora da memória como sua margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos. O que está fora da memória não está esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado (ORLANDI, 1999, p. 66).

Enquanto conhecemos a ditadura militar pelo viés apresentado nos livros e na mídia, temos uma visão dos fatos de acordo com ideologia que circula nesses aparelhos. Entretanto quando alguém que viveu esse período, estando do lado oposto ao governo, discursiviza sobre esse acontecimento histórico, nos possibilita ter outra visão. Para tanto, para que os fatos sejam significados e se inscrevam em nossa memória, é necessário que sejam explicitados e trabalhados por nós. A memória “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

#### *Em busca de sentidos*

Tomamos como referencial teórico, para o desenvolvimento do presente estudo, a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, estrutura por Pêcheux na França e por Orlandi no Brasil. A AD leva em consideração a língua no mundo: homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeito, seja enquanto membro de uma determinada forma de sociedade. Além disso, a AD considera a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua (ORLANDI, 2012). A partir de tal perspectiva, mobilizaremos os conceitos de posição-sujeito e memória para responder nossa questão: que posição-sujeito a vítima, no caso Yara Spadini, pode assumir para falar disso, que posição sujeito ela toma para poder falar sobre o trauma sofrido? E refletir sobre a memória coletiva, a partir de um acontecimento histórico, o qual constitui-se em um acontecimento discursivo, através do testemunho de Spadini.

Para tanto, faz-se necessário introduzirmos algumas considerações relativas à noção de sujeito. O sujeito, na AD, é sempre interpelado pela ideologia e dotado de inconsciente (PÊCHEUX, 1997). Ele não é entendido como indivíduo biológico, sujeito empírico, mas como sujeito dividido, descentrado, afetado por marcas do social, do

ideológico e do histórico.

Isto é, o sujeito, para a AD, ao projetar-se no discurso, dotado de inconsciente e interpelado, atravessado, pela ideologia, faz com que o sentido não seja dado, pronto, mas dependente da posição assumida por ele, ideologicamente, socialmente e discursivamente, pois o sentido de uma palavra, de uma expressão, não existe em si mesmo, “mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Dito de outra forma, as palavras, expressões e proposições mudam de sentido conforme as posições sustentadas pelos sujeitos, ou seja, adquirem seu sentido em referência a essas posições, em referência a formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Para Pêcheux, as formações ideológicas se caracterizam em:

elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; [...] cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras (PÊCHEUX, 1993, p. 166, grifos do autor).

Na AD, a noção de formações ideológicas está diretamente ligada a de formações discursivas, que, para Pêcheux (1993, p. 166-167), corresponde como aquilo que determina “o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes”. Partindo dessas considerações, entendemos que formações ideológicas e formações discursivas são então constitutivas uma da outra. As formações ideológicas funcionam como determinante do que pode e deve ser dito no âmbito das formações discursivas. E as formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Isso corresponde a dizer que as palavras, expressões e proposições recebem seu sentido da formação discursiva em que são produzidas. É assim que não se pode pensar em sentido e em sujeito sem pensar em ideologia.

Com a análise do testemunho de Yara Spadini, podemos entender e refletir sobre as diferentes ideologias que circulam nas diferentes posições- sujeito que se instauram

nessas condições de produção, visto que o torturador impõe seu poder através de determinadas escolhas discursivas e ações, carregadas de sentido e que estão refletidas nas memórias e nas experiências das sobreviventes. Assim, trataremos da posição-sujeito assumida pela vítima para poder falar desse trauma, da dificuldade de tomar uma posição enquanto sujeito diante de um atentado a própria existência.

*“A infelicidade de sentir e nada poder”*

“Pediram que eu me despisse, eu falei que não ia tirar a roupa. O outro disse ‘Ou você tira, ou tiramos nós’. Fiquei em dúvida entre a humilhação de ser despida por eles, ou eu mesma me despir. Foi muito humilhante ter de tirar a roupa” (YARA SPADINI, 2007, p. 96). Já no início do testemunho da militante, temos uma situação que nos toca enquanto mulheres, a questão da humilhação... de ter que ficar nua em frente aos torturadores, o desrespeito e o trauma que isso causa ao sujeito... a questão do corpo como forma de tortura. Segundo Audoin-Rozeau, a nudez representa muito mais do que o desrespeito à intimidade:

A falta de roupas ou o uso de roupas não adaptadas ao clima, farrapos que deixam à mostra a nudez, fazem parte do mesmo processo: tudo é uma afronta ao pudor, como os toaletes coletivos onde um defeca no meio dos outros. “Todo um povo nu, nu por dentro, desnudado de toda a cultura, de toda civilização [...] um povo moído de pancadas, pensando obsessivamente nos paraísos e alimentos esquecidos; mordida íntima das desgraças de um povo inteiro” (AUDOIN-ROZEAU, 2008, p. 429).

Assim, ficar nua frente ao torturador não é apenas desfazer-se de suas vestes, é desfazer-se de suas lembranças, de sua família, de sua ideologia, enfim, de tudo aquilo que a constitui enquanto sujeito. A nudez como forma de tortura faz da vítima mais frágil; é uma forma de mostrar que nada pode ser escondido, que o direito sobre o corpo não tem lugar nessas condições de produção, que ela (a vítima) não responde mais sobre o que o outro pode ou não ver, afinal tudo está à mostra e ela não tem forças e muito menos condições de reagir a essa forma de opressão.

Em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Althusser versa sobre a reprodução da lógica sistemática desigual da classe dominante, principalmente, através da escola, da igreja e da família. O autor também versa sobre os Aparelhos

repressivos de Estado como a polícia, os presídios e as leis, que ditam o que podemos ou não fazer, perpetuando a “ordem” através da violência. Entretanto, Althusser afirma que ambos os aparelhos funcionam através da ideologia e da violência. Vejamos:

[...] qualquer aparelho ideológico de estado, seja ele repressivo ou ideológico, “funciona” simultaneamente pela violência e pela ideologia, mas com uma diferença muito importante que impede a confusão dos Aparelhos Ideológicos de Estado com o aparelho (repressivo) de Estado. É que em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente *pela repressão* (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia. [...] Da mesma maneira, mas inversamente, devemos dizer que, em si mesmos, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite essa seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica (ALTHUSSER, 1985, p. 46-47, grifo do autor).

A partir dessas considerações, observamos no testemunho analisado os AIE: o Governo e a Igreja, que reproduzem a ideologia de um determinado grupo social e que, no momento em que há sujeitos discordantes dessa ideologia, utilizam-se da violência para reprimi-los e fazer com que “aceitem” o sistema imposto, visto que “havia um desprezo por parte deles. Junto com a ideologia, vinha essa humilhação pelo fato de ser mulher, como se a gente estivesse extrapolando nosso papel de mulher. O tom era de ‘por que você não está em casa, ao invés de estar aqui? Por que você perde tempo com coisas que não lhe dizem respeito?’. Era como se você merecesse ser torturada porque estava fazendo o que não devia ter feito” (YARA SPADINI, 2007, p. 96). Nesse sentido, temos também a prisão como um aparelho repressor que, através da violência, tenta silenciar sujeitos, como é o caso de Yara Spadini – uma mulher que foi presa e torturada assim como muitas que faziam parte do grupo de militantes, não atravessadas pela ideologia pregada pelo governo do estado. A prisão, então, mais que os AIE, oprime os sujeitos através da violência física, mas também da violência simbólica – como tudo o que foi dito pelo torturador para abalar o psicológico da vítima. O que nos é apresentado no testemunho é que o lugar de Yara não era na militância e sim em casa, ou seja, ela não estava cumprindo seu “papel”, estava assumindo uma posição-sujeito que não é aquela que a sociedade esperava dela.

Entendemos, então, que a violência sofrida pela militante é uma violência baseada no gênero, visto que a primeira violência física é acompanhada de xingamentos

pejorativos – ao invés de estar em casa, a assistente social estava na luta e, sendo assim, estava distanciando-se do papel “tradicional” da mulher na sociedade. Conforme Rosa (2015):

[...] abordar a história dessas mulheres significa abordar versões diferentes da ditadura, como propõe Leonor Arfuch (2009). Versões que supõem um trabalho com a memória, em seu entrelaçamento com o público, o privado e o íntimo, especialmente quando também está em jogo o corpo. Está em jogo o corpo, por que se a disseminação da tortura, do desaparecimento e dos sequestros perpetrados pelas forças repressivas atingiram os militantes em geral, adquiriram um caráter específico em relação às mulheres por meio da violência baseada no gênero. Torturar através de estupro, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais foram técnicas sistematicamente utilizadas contra as mulheres, desde o momento da prisão até a sala de torturas (ROSA, 2015, p. 312).

A partir do que disserta Rosa, vemos essa relação entre a tortura baseada no gênero, a tortura às mulheres com o corpo, com a nudez e com o estupro: uma maneira de as desapoderar, visto que estão “onde não deveriam estar”, e que por isso perdem o direito sobre seus corpos. Os torturadores, a partir do testemunho da vítima, as tratavam como soldados inimigos, como se por serem atravessadas por diferentes ideologias, fossem inimigos de batalha. Audoin-Rozeau fala sobre essa relação do corpo do prisioneiro em uma guerra, dizendo que: “Toda a experiência de guerra é antes de tudo, experiência do corpo. Na guerra são os corpos que infligem a violência, mas também são os corpos que sofrem a violência” (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 365). Spadini testemunha a violência: “choques direto da tomada no tornozelo. Eram choques seguidos no mesmo lugar”; violência que ia se agravando ... ou seja, havia uma “hierarquia” da tortura a qual buscava o controle do sujeito, começando dos membros inferiores, até chegar a cabeça, a mente.

No testemunho em questão, vemos que o discurso do torturador é atravessado pelo discurso religioso: “Era muita gente em volta de mim. Um deles me deu pontapés e disse: ‘Você, com essa cara de filha de Maria, é uma filha da puta, por que você se mete com esses padres revolucionários?’”. Yara havia sido presa juntamente com Giulio Vicini, que na época era padre, e que só foram liberados após Dom Paulo ter intercedido por eles. O que gostaríamos de tratar aqui é a questão de a igreja ter o poder de “resgatar” alguém da tortura. O que vemos, então, é o que Eni Orlandi (2012) define como relações de força, visto que aquele que fala pela Igreja, no caso Dom Paulo, um padre, fala de um lugar em que suas palavras tem autoridade sobre todos aqueles que



são interpelados pela ideologia cristã. Assim, a partir da intercessão de Dom Paulo, o torturador informa a vítima: “Você foi salva pelo gongo”. Mesmo que a Constituição de 1988 preveja que o Brasil é um Estado Laico, podemos observar a partir do censo do IBGE de 2010<sup>3</sup> que a maioria da população é católica e que o número de evangélicos tem crescido cada vez mais; entender que ainda existem fortes intervenções da ideologia religiosa cristã em nossa sociedade. Sendo assim, o governo assume uma posição de troca de favores com a Igreja.

Observamos ainda no testemunho de Yara Spadini que ela não fala em primeira pessoa, usa a terceira pessoa do plural:

[...] como se **a gente** tivesse extrapolado nosso papel de mulher.

Na madrugada fiquei sabendo que o Dom Paulo Evaristo Arns intercedeu em **nosso** favor.

[...] **nos encaminharam** para o presídio Tiradentes.

Ele pediu que **fizéssemos** um relato da tortura sofrida.  
Na semana seguinte mandou ler em todas as igrejas de São Paulo um comunicado contendo a denúncia de **nostra tortura** (YARA SPADINI, 2007, p. 96, grifo nosso).

Deste modo, para contar o que viveu, a militante sempre retoma a memória de que não viveu a situação de prisão sozinha, isto é, haviam outras mulheres que também passaram por essa situação de tortura, ou seja as condições de produção e a relação com os semelhantes constitui o discurso de Spadini. De acordo com Indursky:

o sujeito do discurso, ao tomar posição, identifica-se plenamente com seus semelhantes e com o Sujeito, reduplicando sua identificação com a forma-sujeito que organiza o que pode ou não ser dito no âmbito da Formação Discursiva. Em outras palavras, só há espaço para a reduplicação da identidade; por conseguinte, só há lugar para os mesmos sentidos (INDURSKY, 2007, p. 167).

Podemos entender que o sujeito, ao tomar uma posição discursiva, como é o caso de Yara Spadini, testemunhando a tortura pela qual passou, se constitui de sua voz, mas também da voz de suas semelhantes, juntamente com a memória. Ou seja, retoma o

---

<sup>3</sup> *Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE. G1.* Disponível em:<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>>. Publicado em 29 de junho de 2012. Acesso em 13 de julho de 2016.

acontecimento e o relaciona com a atualidade para poder falar sobre os fatos. As condições de produção não são as mesmas, os sentidos são outros, o discurso da vítima não será igual ao de 1971. Podemos pensar aqui nas questões pressupostas por Pêcheux (1993b) para analisar as formações imaginárias: (1) Quem sou eu para lhe falar assim? (2) Quem é ele para me falar assim? (3) Quem é ele para que eu lhe fale assim? (4) Do que estou lhe falando? (5) Do que ele me fala?

No testemunho de Yara Spadini, observarmos as questões (1) e (4), visto que Yara precisa assumir uma posição-sujeito para poder falar do que passou e já vimos que uma das condições para essa tomada de posição é a heterogeneidade de vozes. Isto é, Yara não fala apenas por si mesma, mas por todas as outras que estavam com ela, passando da memória individual para construção de uma memória coletiva. “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2012, p. 33).

#### *A ditadura a partir do olhar da própria vítima*

O que fica, para nós, a partir do breve estudo do testemunho de Yara Spadini é, então, essa dificuldade e essa coragem da vítima de testemunhar o que viveu, de tomar uma posição para falar sobre a tortura, de modo que é necessário certo distanciamento dessa memória para poder falar sobre ela. “Da nossa parte, podemos tomar tal coragem como estímulo para servir de porta-voz a novos sentidos sobre essa história, ajudando a ressignificá-la, a contá-la de novo, de um outro ponto de vista” (DALTOÉ, 2016, p. 164).

Apoiados na breve análise do testemunho de Spadini, entendemos que ela fala de si e de tudo o que passou nesse encarceramento, mas sua voz é constituída de outras vozes; vozes que estavam com ela, vivenciando as mesmas formas de tortura, vozes que estão no interior desse “nós” presente no discurso da militante. Yara Spadini é uma porta-voz, pois fala em nome de um grupo, fala por um grupo. Pêcheux, em seu texto *Delimitações, inversões, deslocamentos*, traz a questão do sujeito porta-voz:

[...] o *porta-voz*, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do

acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PÉCHEUX, 1990, p. 17, grifo do autor).

Yara Spadini, vítima das torturas, testemunha ocular dos acontecimentos, está falando em um tom de denúncia, ou seja, está se expondo e expondo os culpados, afrontando esse poder exercido sobre seu corpo e sua voz pelos torturadores. A militante fala, a partir do que ela sentiu, em nome dessas mulheres que assim como ela foram submetidas à tortura... é seu olhar que temos testemunhado, mas que não deixa de ser o que todas aquelas na mesma situação passaram. Esse “nós”, trazido por Spadini, carrega os sentidos de todas “as mulheres”. No dicionário Houaiss (2001, p. 2267), temos o significado de *porta-voz* como *indivíduo que fala publicamente por outro*, neste sentido, usando a própria palavra para entender o acontecimento, é somente Spadini que está nessas determinadas condições de produção, tendo a oportunidade de expor, de comunicar os momentos pelos quais passou. Contudo, essa voz não deixa esquecer que haviam outras e que essas também merecem ser lembradas e, principalmente, dependem dela, pois é só a partir do momento em que se fala do sujeito e de que se conta a história que o acontecimento passa a existir.

Ao ser narrada e estudada no tempo presente, a história de Yara Spadini está exposta a novos deslocamentos, novas interpretações. Consoante Arantes:

Memória e história andam juntas e são ambas produções singulares e, ao mesmo tempo, sociais. A história é tecida por acontecimentos que foram registrados e que, ao serem narrados, são afetados pelo tempo decorrido, e, no tempo presente, oferecem novas possibilidades de compreensão (ARANTES, 2010, p. 27).

Partindo de tal reflexão, concebemos que enquanto analistas do discurso não temos que ver a linguagem apenas no sentido de ser ela o meio pelo qual nos comunicamos, temos de relacioná-la à língua, refletir sobre o sujeito, o discurso, a história, o interpretar... o dito e o não dito.

A história da ditadura brasileira ainda pode movimentar muitos sentidos, mas para isso precisamos ir além dos livros de história... a história contada a partir do ponto

de vista do historiador. É preciso que interpretemos e que desconfiemos sempre de tudo o que for óbvio. Precisamos falar, denunciar o que aconteceu nesse período de silêncio ditatorial... retomar uma memória que não pode ser esquecida – porém não pode entrar na ordem do repetível, deve ficar no passado. Segundo Daltoé:

É nesse jogo de forças contrárias que os saberes sobre a ditadura civil-militar do Brasil foram/estão sendo construídos agora, motivo pelo qual precisamos enfrentar esta história, conforme Pêcheux (2006), como uma disciplina de interpretação e não como uma narrativa tradicional da chamada história oficial, que, conforme Gagnebin (2004) faz cair o discurso da memória na eficácia dos bons sentimentos do passado, “numa espécie de celebração vazia” (2004, p. 89) (DALTOÉ, 2016, p. 162).

Discutir e significar tais questões é de extrema importância, afinal o sentido está sempre sujeito a equívocos, tornando, assim, a interpretação algo involuntário, de modo que não se pode evitá-la ou ignorá-la. O ser humano está sempre interpretando e por mais que haja pessoas tentando limitar essa interpretação, ela continua agindo. Tanto o cerne do gesto de interpretação quanto a sua eficácia ideológica devem-se à relação dos fatos e do sujeito com a significação, uma vez que os fatos reclamam sentido e o sujeito tem necessidade de atribuí-lo. A interpretação não é um mero gesto de decodificação, de apreensão de sentidos; interpretar é expor-se à opacidade do texto, é explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos (ORLANDI, 2004).

Por fim, não devemos ficar imunes ao que se passou e ao que se passa a nossa volta, afinal a partir do momento que temos conhecimento desse histórico de violência, saberemos que ele jamais poderá se repetir. Orlandi afirma: “toda vez que vamos votar, mesmo que nem pensemos nisso, o fato de que o Brasil é um país que tortura os dissidentes políticos faz parte de nossa memória e de nossos gestos políticos” (ORLANDI, 1999, p. 66). O que Orlandi nos expõe é que mesmo fazendo parte da nossa memória a questão da violência praticada contra os seres humanos, apenas por que estes não concordavam com as medidas autoritárias do governo, pode um dia acontecer novamente, quando escolhermos nossos representantes. Assim, é nesse sentido que devemos trabalhar com a memória... como um espaço que pode, a todo o momento, ser ressignificado, principalmente quando falamos sobre... Yara Spadini, em seu testemunho, traz à tona uma memória das torturas sofridas durante a ditadura, tomando a posição-sujeito de *porta-voz*.

CORREA, Ana Paula Alves; FERNANDES, Andressa Brenner Fernandes. Ecos de um passado/presente: a tortura feminina e as posições sujeito no discurso sobre a ditadura brasileira. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.21-34, 2017. (ISSN 2317-1006 - online).

### Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARANTES, M. A. Resistência e Dor. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor Orgs: *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Massacres: o corpo e a guerra. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (dir.). *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DALTOÉ, Andréia da Silva. *A comissão nacional da verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade*. Em busca da verdade. *Linguagem em (Dis) curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 16, n. 1, p. 153-167, jan./abr. 2016.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor Orgs: *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

ORLANDI, Eni. *Maio de 1968, os silêncios da memória*. In: ACHARD, P et al. *Papel da Memória*. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento*. 6. Ed. Campinas: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas, SP, Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli; GERALDI, João Wanderley. (orgs.). *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas, p. 07-20, nº19, jul./dez., 1990.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A Propósito de uma Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma*

CORREA, Ana Paula Alves; FERNANDES, Andressa Brenner Fernandes. Ecos de um passado/presente: a tortura feminina e as posições sujeito no discurso sobre a ditadura brasileira. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.21-34, 2017. (ISSN 2317-1006 - online).

*análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 2. Ed. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. *Análise automática do discurso*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Bethania Mariani et al. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993b.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Papel da memória*. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984* [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

\_\_\_\_\_. *Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba*. *Estud. sociol.* Araraquara v.20 n.39 p.309-324 jul.-dez. 2015

\_\_\_\_\_. *Diálogos sem fronteira*. 2011.

TEGA, Danielle. *Entrelaçando os fios: memória, feminismo e ditadura no Brasil*. II Seminário Internacional Políticas de la Memoria – CCHCONTI. Buenos Aires, 2009.

ZAWADZKI, Paul. *O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia*. In: BRESCIANE, Stella. *Memória e res (sentimento). Indagações sobre uma questão do sensível*. SP: Campinas, 2004.

#### *Referência do corpus*

SPADINI, Yara. *Depoimento*. In: MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor Orgs: *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

*Recebido em agosto de 2017.*

*Aceito em outubro de 2017.*